



Matheus Neres da Rocha

Diretora de Inovação, Parcerias e Novos Negócios – Departamento Municipal de Água e Esgotos

Perfil

Profissional com experiência em cargos de gestão tanto na iniciativa privada, quanto no poder público, atuando, sobretudo, na estruturação, execução e acompanhamento de projetos de desestatização, elaboração de atos normativos e gestão de stakeholders.

Currículo Completo disponível em: <https://www.linkedin.com/in/matheus-neres-da-rocha-a27605167/>.

Experiência profissional

Departamento Municipal de Água e Esgotos (2025– atual)

Responsável pelo desenvolvimento e estruturação de projetos de PPPs, concessões e outras formas de delegação de serviços ou obras, bem como por fomentar a identificação e o desenvolvimento de novos negócios e modelos de prestação de serviços e promover a cultura da inovação interna, incentivando a modernização de processos organizacionais, operacionais e de atendimento ao usuário.

Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2023-2025)

Enquanto Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas, foi responsável pelo desenvolvimento do Programa Municipal de Parcerias e Concessões do Município de Caxias do Sul, sendo o líder da equipe de estruturação de projetos e assessoramento à gestão de contratos em execução.

Multiplan Empreendimentos Imobiliários (2021-2023)

Advogado responsável pela coordenação regional-sul do jurídico imobiliário da Companhia, atuando, concomitantemente, na assessoria técnica da área de Desenvolvimento Imobiliário da Filial de Porto Alegre, especialmente no TCAP e TC do empreendimento Golden Lake.



Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2017-2021)

Diretor da equipe jurídica da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, no período de 2020 a 2021, reuniu as atribuições de gestão e supervisão jurídico-regulatória de todos os projetos de PPPs e Concessões. Antes, entre 2017 e 2020, contribuiu no assessoramento jurídico dos projetos e licitações de PPPs e Concessões, especialmente como ponto focal jurídico junto aos Consórcios estruturadores dos projetos da PPP de Iluminação Pública e da Concessão do Parque da Orla do Guaíba.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2017)

Assessor jurídico da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, onde atuou no assessoramento jurídico relativo à concessão de incentivos fiscais (FUNDOPEM/INTEGRAR/RS) e financeiros (comercialização de distritos industriais).

Escritório Gianelli Martins Advogados (2013-2014)

Advogado júnior, responsável por atuação contenciosa e serviços de consultoria em demandas de matérias cíveis e tributárias.

Formação

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (em andamento)

Modelagem Econômico-Financeira de PPPs e Concessões.

London School of Economics (2022)

Making Public-Private Partnerships Work: Challenges & Opportunities

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP (2021)

MBA em PPPs e Concessões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017)

Mestrado em Direito.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014)



Especialização em Direito Tributário.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011)

Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Atuações profissionais recentes na área de Infraestrutura Pública

Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Caxias do Sul, considerando uma Carteira de 7 (sete) projetos: Concessão de Relógios Eletrônicos Digitais, Concessão de Toponímicos, Concessão do Mercado Público Municipal Maesa, Concessão do Parque da Festa da Uva, Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos do CISGA, PPP da Iluminação Pública e PPP da Educação Infantil.

Participação nas principais alterações normativas promovidas pela SMPE: Lei nº 12.559/2019: autoriza a concessão de parques e praças; Lei nº 12.583/2019: novo marco legal das adoções no município de Porto Alegre; Lei nº 12.448/2018: altera a lei municipal de PPPs; Lei Complementar nº 840/2018: autoriza a PPP de Iluminação Pública.

Participação na Estruturação, Licitação e Execução dos seguintes Projetos/Editais: Concessão de Uso do Mercado Público Central de Porto Alegre – Concorrência 10/2020; Concessão de Abrigos de Ônibus – Concorrência 13/2020; Concessão do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba – Concorrência 01/2020; Concessão do Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, do Parque da Harmonia e de sua Área Anexa – Concorrência 14/2020; Concessão dos Conjuntos Toponímicos – Concorrência 21/2019; PPP da Iluminação Pública – Concorrência 9/2019; Concessão do Auditório Araújo Vianna – Concorrência 07/2019, Concessão dos Relógios Eletrônicos Digitais – Concorrência 01/2018.

Certificações e Conhecimentos Gerais

Certificação Profissional em PPPs: APMG International – Certified Public-Private Partnerships (PPP) Foundation – CP³P-F nº 04260886-01-78DR;

Inscrição na OAB/RS nº 84.361;



Fluência nas línguas portuguesa e inglesa. Nível intermediário na língua espanhola e nível básico na língua alemã;

Domínio do pacote Microsoft Office.

Experiências acadêmicas

Estágio Docência (UFRGS): Metodologia Jurídica – 2015/01 e 2015/02.

PMI e diálogo competitivo: uma análise comparativa de instrumentos dialógicos para viabilizar PPPs e concessões. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 19, n. 76, p. 151-178, out./dez. 2021.

O Crime do Art. 337 - O nos Procedimentos de Manifestação de Interesse: em busca de critérios e limites à imputação penal. Anais do XII Congresso Internacional de Ciências Criminais da PUCRS e XX Congresso Transdisciplinar de Ciências Criminais do ITEC-RS / organizadores Augusto Schlee Neto et al [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.

(<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-cienciascriminais/assets/edicoes/2021/arquivos/10.pdf>). Coautoria.

Notas sobre a Inelegibilidade por Rejeição de Contas. Revista da PGE-RS, Porto Alegre, v. 37, n. 78, p. 79-109,

2016. (<https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/17154225-revista-pge-78.pdf>);

Por Que Falar de uma ‘Teoria Impura do Direito’ para a América Latina? Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, v. 11, n.1, 2016. Tradução da publicação original: LÓPEZ MEDINA, Diego E. ¿Por qué hablar de una “teoría impura del derecho” para América Latina?

(<https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/66667/38134>);



Contribuição Sindical Rural: competência e aspectos procedimentais para formalização do crédito. Revista Panorama Legal, Porto Alegre, Edição Especial -
Contribuição Sindical Rural, p. 25-33, 2013.